



## Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana: grande exemplo para o mundo

Em 2007, o Presidente do Equador, Rafael Correa, criou a Comissão para a Auditoria da Dívida Equatoriana (CAIC), que contou com a participação da sociedade civil internacional. O Relatório Final foi entregue em setembro de 2008, e revelou uma história de 30 anos de ilegalidades e ilegitimidades, história essa bastante parecida com a brasileira, e de muitos outros países latino-americanos.

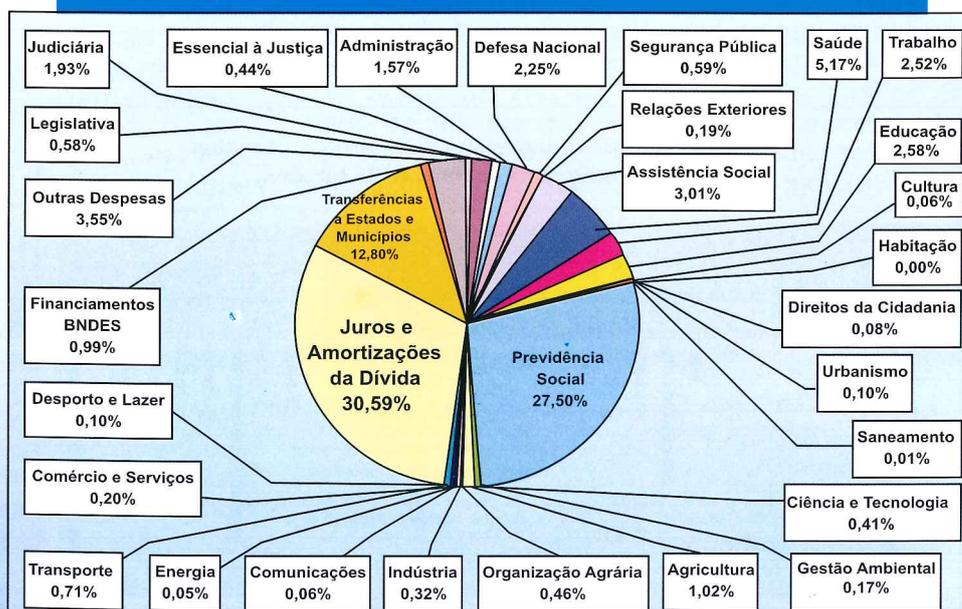
Porém, contrariamente a muitos países, que sequer debatem o tema do endividamento, com medo das represálias do "Mercado", o Equador colocou no centro dos debates nacionais o tema da dívida, através de uma ampla e profunda auditoria, que buscou resgatar a verdade sobre o processo de endividamento.



**Que dívida é essa? Quem se apropriou dos recursos? Só uma Auditoria poderá responder.**

## Necessidade de Auditoria no Brasil

### ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - 2007



**Montante do Orçamento da União = R\$ 775 bilhões**

No Brasil, os gastos com a dívida representam a maior parte do orçamento público, consumindo bem mais recursos que áreas sociais fundamentais, como saúde, educação e reforma agrária, conforme se vê na figura ao lado.

É por isso que desde 2001 o movimento da Auditoria Cidadã da Dívida reivindica a realização da AUDITORIA DA DÍVIDA prevista na Constituição Federal. Enquanto o governo e o Congresso Nacional se omitem, realizamos um trabalho cidadão, que é divulgado na página [www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br).

Fonte: SIAFI. Não inclui o refinanciamento (ou seja, a rolagem da dívida, que significa o pagamento de amortizações através da emissão de mais títulos)

# Os resultados da Comissão de Auditoria da Dívida Equatoriana

Pela primeira vez na história, um país adota a posição soberana de realizar uma auditoria integral compreendendo os 30 últimos anos de sua dívida externa multilateral, bilateral, comercial e da dívida interna, tendo investigado também os impactos sociais e ambientais decorrentes do processo de endividamento. O resultado pode ser um instrumento importante para questionar aspectos ilegais da dívida pública inclusive junto a cortes internacionais, baseado nas investigações da auditoria realizada pela sociedade civil.

No Equador, a Auditoria da Dívida já significou a inclusão, na nova Constituição Equatoriana, da

impugnação das dívidas ilegítimas, assim como da proibição da estatização de dívidas privadas, configurando como ilegais as práticas de usura e anatocismo (juros sobre juros), principais causas da explosão das dívidas externa e interna no Brasil e em vários outros países. Adicionalmente, a nova Constituição do Equador prevê uma auditoria permanente das dívidas.

A Auditoria Equatoriana também já gerou resultados práticos, como a suspensão de contratos e o questionamento do pagamento de empréstimos irregulares.

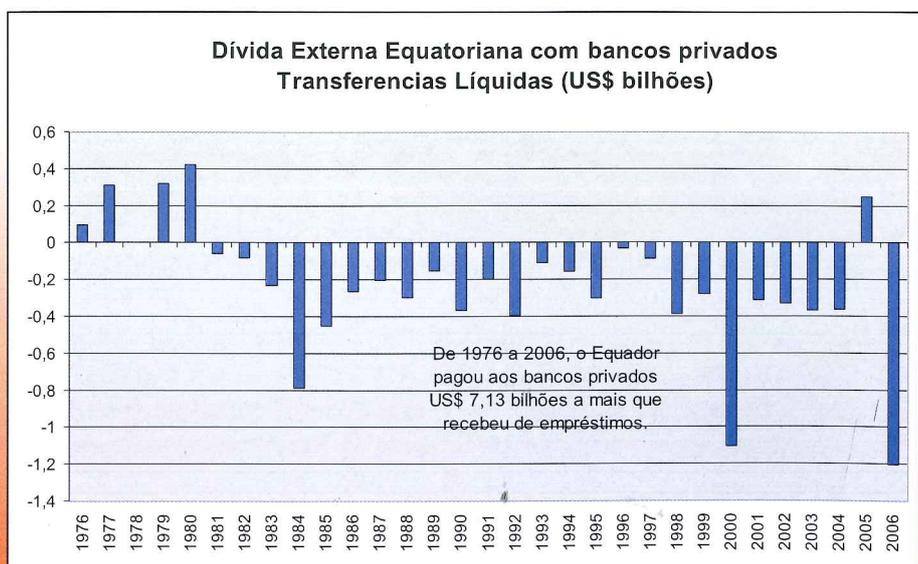
## Ilegalidades e ilegitimidades da Dívida Equatoriana, pela primeira vez documentadas oficialmente, e aplicáveis a muitos outros países, como o Brasil

### DÍVIDA COMERCIAL CONTRATADA COM A BANCA PRIVADA INTERNACIONAL

- Origem da dívida: endividamento contratado no período da Ditadura Militar;
- Elevação unilateral e ilegal das taxas de juros pelos EUA a partir de finais dos anos 70;
- Os empréstimos para o refinanciamento da dívida sequer entravam no país, mas eram direcionados ao pagamento direto no exterior aos bancos privados internacionais, sem registro no Equador;
- Autoridades equatorianas renunciaram, em 1992, à prescrição da dívida (ou seja, a sua anulação, após 6 anos sem efetuar pagamentos), previstas nas leis dos EUA e Londres que regiam os convenios então vigentes;
- Sucessivas trocas de dívidas por bônus Brady (1995) e Global (2000), sem entrega de recursos ao Equador, e em condições cada vez mais onerosas;
- Exigência de depósito de garantias dos Bônus Brady no Banco Central Americano (FED), que representavam mais de 50% do valor de mercado da dívida equatoriana com os bancos privados;
- Negociação de dívidas já pagas e respaldadas por garantias colaterais;
- Bonos Brady e Global não registrados na SEC (Comissão de Valores Mobiliários dos EUA);
- De acordo com estatísticas do Banco Central do Equador, nos 30 anos analisados (1976 a 2006), houve uma transferência líquida aos bancos privados internacionais superior a US\$ 7 bilhões, isto é, o montante dos pagamentos supera em US\$ 7,13 bilhões os empréstimos, conforme gráfico abaixo. Mesmo assim a dívida com estes bancos aumentou de USD 115,7 milhões para US\$ 4,2 bilhões.

Outros resultados podem ser conhecidos na página <http://www.auditoriadeuda.org.ec>

**A dívida externa contratada com os bancos privados internacionais significou um sangria de recursos e não uma fonte de financiamento**



# Crise financeira: é hora de estabelecer controle de capitais

## BRASIL

Dívida Interna em setembro/2008:  
R\$ 1,5 trilhão

Dívida Externa em setembro/2008  
US\$ 275 bilhões

Juros pagos em 2007:  
R\$ 138 bilhões

Amortizações pagas em 2007:  
R\$ 52 bilhões

Cobertura do Prejuízo do Banco Central:  
R\$ 47 bilhões

Fonte das amortizações:  
58% dos Estados  
26% Receitas Tributárias  
13% Dividendos das Estatais  
3% Outras receitas

PRESSÃO  
SOBRE AS FINANÇAS  
DOS ESTADOS



**Lula (Brasil):**

*"Eu não posso assumir o compromisso com vocês, se houver uma crise econômica, que abale o Brasil, agente vai manter todo o dinheiro de todos os ministérios. (...) Se a União arrecada menos, vai ter menos dinheiro para todo mundo. Não vai ter ilusão".*  
(O Globo, 21/10/2008)

Desde Collor, passando por FHC e Lula, o Brasil vem praticando as taxas de juros básicas mais elevadas do mundo, tendo encaminhado uma série de reformas de caráter neoliberal, adotando a agenda do FMI de que deveria ser reduzida a interferência do Estado na economia. Depois de tanto sacrifício para "conquistar a confiança dos mercados", nos últimos meses os fatos mostraram que o tal mercado não merece a menor confiança. A desenfreada emissão de derivativos dos derivativos... não se sabe em que proporção, provocaram uma "bolha" e tremenda crise financeira que já exigiu a injeção de trilhões de dólares de recursos públicos por parte dos Bancos Centrais dos EUA e Europa. Ou seja, os Estados estão sendo chamados a interferir na economia, injetando trilhões para salvar bancos privados.

O governo já admitiu que a crise pode atingir o Brasil e, nos últimos dias, surgiram notícias de que assumirá novo empréstimo junto ao FED (Banco Central Americano) de cerca de US\$ 30 bilhões, para entregar aos especuladores que estão fugindo do país. O próprio FED diz que esta medida visa a fortalecer e complementar as ações do FMI na ajuda aos países diante da crise financeira. Isto demonstra mais uma vez que o paga-

mento antecipado de US\$ 15,5 bilhões ao FMI, efetuado em 2005, não significou a independência do país, como afirmava o governo, pois as políticas impostas pelo Fundo, e que contribuem para o aprofundamento da crise, continuaram sendo aplicadas, como o superávit primário, e a liberdade total de fluxos de capitais financeiros. E uma vez mais a dívida é o centro do problema.

Embora a Auditoria da Dívida esteja prevista na Constituição Federal de 1988, a discussão da dívida continua sendo um debate completamente interdito no Brasil. A crise financeira já está agravando o perfil da dívida interna brasileira, conforme demonstrado no quadro abaixo, pois os investidores exigem juros mais altos e prazos mais curtos. Além disso, sem controle de capitais no país, a fuga de capitais já aumentou, pois os especuladores querem o "porto seguro" dos títulos norte-americanos.

Para se lograr oportunidade positiva em meio a esse cenário de crise mundial, necessariamente tem que ser enfrentado o problema do endividamento público, iniciando-se por uma auditoria que dê embasamento documental à tomada de decisões soberanas, a exemplo do governo equatoriano.



**Rafael Correa (Equador):**

*"Se faltar dinheiro no governo, a primeira coisa que se revisará será o pagamento da dívida externa"*

(*"El Telegrafo"*, 21/10/08)

## EQUADOR

Dívida Interna em Setembro de 2008:  
US\$ 3 bilhões

Dívida Externa em Setembro de 2008  
US\$ 10 bilhões

REALIZAÇÃO DE AUDITORIA OFICIAL E POSSIBILIDADE CONCRETA DE REVER ESTE PROCESSO, BASEADA EM DOCUMENTOS E PROVAS.

## REFLEXO DA CRISE FINANCEIRA NA EMISSÃO DOS TÍTULOS DA DÍVIDA INTERNA

Dados	Janeiro a Setembro / 2008	Outubro / 2008
Prazo de pagamento	33 meses	20 meses
Taxa de juros máxima	14,91% a.a.	15,64% a.a.

# Noruega reconhece co-responsabilidade e cancela dívida de 5 países

Recentemente, a Noruega reconheceu sua co-responsabilidade por ter oferecido empréstimos ilegítimos a 5 países: Equador, Egito, Jamaica, Peru e Serra Leoa.

Esses empréstimos seriam destinados à compra de navios noruegueses.

Ao anular estas dívidas, a Noruega, na qualidade de credora, tomou para si a responsabilidade pelo endividamento ilegítimo e abriu mão de receber o serviço da dívida restante.

A atitude da Noruega de reconhecer sua co-responsabilidade e cancelar unilateralmente e incondicionalmente as dívidas desses cinco países foi um passo muito positivo e um exemplo a ser seguido por outros credores, representando uma importante contribuição ao debate internacional sobre dívida ilegítima.

Esta foi uma das conclusões do importante SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE DÍVIDA ILEGÍTIMA realizado em Oslo, Noruega, em outubro de 2008, que contou com a participação de representantes da sociedade civil norueguesa, de membros da Comissão da Auditoria da Dívida Equatoriana (CAIC), autoridades governamentais da Noruega, Equador, e parlamentares da Libéria, Congo e Filipinas, membros da UNCTAD, ONU, aca-

dêmicos internacionais, representantes de igrejas, instituições financeiras internacionais e da sociedade civil organizada.

Em Oslo também se concluiu que a decisão soberana do Governo do Equador de conduzir uma auditoria oficial e integral de sua dívida pública com o objetivo de verificar legalidade, legitimidade e impactos dessas cobranças é uma iniciativa bem-vinda e um exemplo a ser seguido por todos os países.

Na América Latina, iniciativas de auditorias pontuais ocorreram na Argentina em 2000 e no Peru em 2001. A Auditoria realizada pelo Equador representa um marco histórico, pois abrangeu todas as modalidades de endividamento público por um período de 30 anos. Outras iniciativas importantes já se iniciaram, como a auditoria de Itaipu no Paraguai, que corresponde à parcela mais significativa de sua dívida. A Bolívia já anunciou sua disposição de seguir os passos dados pelo Equador. Falta o Brasil ...

**O EQUADOR E VÁRIOS OUTROS PAÍSES FAZEM AUDITORIA DE SUAS DÍVIDAS PÚBLICAS.**

**FALTA O BRASIL!**



**A Auditoria da Dívida do Brasil está prevista na Constituição Federal de 1988, até hoje não cumprida.**

## SEMINÁRIO INTERNACIONAL – AUDITORIA DA DÍVIDA NA AMÉRICA LATINA – NOVEMBRO DE 2008

Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida  
SAS - Quadra 5 - Lote 7 - Bloco N - 1º andar - Brasília/DF - Cep: 70070-939  
Edifício Ordem dos Advogados do Brasil - Telefones (61) 2193-9731 / 8147-1196  
auditoriacidadada@terra.com.br – www.divida-auditoriacidadada.org.br